

Em. a Pfo

ANO IV
MARÇO-ABRIL
Nº 15
1978

boletim

da comissão pastoral da terra (ligada à linha 2 da CNBB)



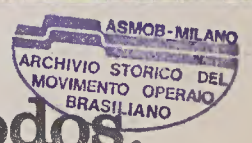
LEIA NESTE NÚMERO :

EDITORIAL :
- É possível mudar a situação ?

DOCUMENTOS :
- Carta Pastoral sobre o compromisso da Igreja com os fracos e os oprimidos (D. José M. Pires).
- Comunicação do Episcopo do Paraná sobre os problemas da terra.
- CEARÁ - A lei sô no papel (Várzea do Boi).

NOTÍCIAS E COMENTÁRIOS :
- TEÓFILO OTONI (MG): "Justiça e trabalho para todos"
- BAHIA : Grilagem e violência
- PARANÁ I : Documento da CPT do Paraná
- PARANÁ II : Conflitos nas terras dos índios do Rio das Cobras
- SÃO PAULO : Lavradores lutam por seus direitos :
a) Caso da Fazenda Primavera
b) Os Minérios e os Lavradores
- PERNAMBUCO : Posseiros da Faz. Engenho Novo
- EXTRA : SOLIDARIEDADE A D. ADRIANO

Justiça, terra e trabalho para todos.



A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA é um organismo ligado à linha Missionária da CNBB. Tem como objetivo central "interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em função dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais..." (Conclusão nº 1 do Encontro de Goiânia sobre Terra e Migrações na Amazônia Legal, junho de 1975).

BOLETIM DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Responsabilidade: Secretariado da CPT
Caixa Postal 749
74.000 Goiânia - GO

PARA RECEBER O BOLETIM :

Assinatura especial (colaboração) : Cr\$ 100,00
Assinatura normal : Cr\$ 40,00
Mais de 10 assinaturas : Cr\$ 35,00 cada
Para Lavradores : Cr\$ 20,00
Para o Exterior : Cr\$ 150,00

IMPORTANTE: As assinaturas devem ser feitas, preferivelmente, mediante o envio de *Vale Postal*, pagável em Goiânia, em nome de Maria Joana Ferreira de Araújo. Por favor, não mandem cheques com valor inferior de Cr\$ 200,00.

CAPA: Foto de Júlia Maria Magalinski

editorial

É POSSÍVEL MUDAR A SITUAÇÃO ?

Não sabemos se todos os nossos amigos leitores ouviram falar dos pronunciamentos do Sr. Mário Henrique Simonsen e do Sr. João Paulo dos Reis Velloso. Eles são dois Ministros do governo federal. Todo mundo diz, até, que são os dois ministros mais importantes. O Sr. Simonsen é encarregado de organizar as finanças, a economia. O Sr. Reis Velloso é o que faz os planos do governo.

Acontece que o povo de São Paulo decidiu reclamar e exigir uma parada no "custo de vida". É que os preços de tudo que o povo precisa pro viver sobem todo dia, mas os salários não melhoram com a mesma velocidade. Com isso, o que aumenta nas famílias do povo é a miséria, a falta de tudo.

O que o povo de São Paulo está fazendo ? Começaram a reunir-se para examinar a situação. Nessas reuniões foi nascendo a idéia de fazer um "abaixo-assinado" aos governantes, exigindo uma parada nesse aumento do "custo de vida". Muita gente já deu seu nome. Eles esperam conseguir mais de um milhão de assinaturas. No dia 11 de março organizaram um encontro maior, uma assembléia dos que trabalham nesse movimento contra o custo de vida. Estavam lá bem mais de 5 (cinco) mil pessoas. Aí o povo fez ouvir a sua voz e sua decisão: precisa acabar com esse sofrimento do povo.

Aí é que entraram os ministros do governo.

O Sr. Simonsen disse que "se me mostrassem como fazer, eu gostaria. E quem me dera fazê-lo" (Jornal "O São Paulo", 18/24-03-78). O Sr. Velloso falou: "Nem Deus daria conta de controlar a inflação no Brasil se o governo desse abono salarial não compensado para os trabalhadores e congelasse (não deixasse subir) os preços dos produtos alimentícios" ("Jornal de Brasília", 14/03/78)

O que estão fazendo esses ministros: gozando do sofrimento do povo (já que eles, com seus "salários" monstros, não sentem na carne a situação do povo), ou dizendo bobagens ?

Será que alguma vez na vida esses senhores ministros procuraram seriamente saber o que Deus quer para a sociedade ? Será que eles podem entender o que Deus quer ? E será que alguma vez ouviram e levaram a sério as sugestões da Igreja, quando feitas em favor do povo trabalhador e oprimido ?

Mas, tem um ponto mais sério ainda.

Será que Deus ainda fala a pessoas que fazem o que esses ministros estão fazendo ?

Segundo o Evangelho, ninguém pode servir a Deus e ao dinheiro ao mesmo tempo (Mt 6,24). Como Deus, revelado por Jesus Cristo, quer servir ao povo, "para que tenha vida, e muita vida" (Jo 10,10), podemos dizer que os que servem ao dinheiro não podem servir ao povo. E os senhores ministros estão, até agora, servindo sô aos donos do dinheiro, os donos do capital, organizando a economia e a política em favor do lucro desse pequeno grupo de grandes ricos.

Sabemos que os lavradores, as equipes regionais da CPT, os bispos nas Comissões Parlamentares de Inquérito e em outros lugares, muitos sindicatos e seus representantes, o povo das roças, os operários, mostraram o que os ministros perguntam agora. O Sr. Simonsen, o Sr. Reis Velloso, o governo, já tiveram muitas oportunidades de ver e ouvir a verdade.

Se, de fato, eles se pusessem a escutar o povo, nem fariam os comentários que fizeram.

Por isto é que temos de nos voltar e ouvir os companheiros, lavradores, operários, e todos os que se unem nas associações da classe trabalhadora.

Neste tempo de Páscoa, como aconteceu com Jesus Cristo, a luta e os sofrimentos do nosso povo, que vai se unindo, já trazem consigo os sinais da vitória.

Hoje, a Páscoa que anunciamos juntos e que preparamos é a da distribuição justa e feliz da terra de nosso país para todos os pequenos, empobrecidos pelos latifúndios, liberdade de se reunirem em sindicatos e outras associações representativas de classe, condições de vida melhor e respeito por todas as pessoas, filhos do mesmo Deus Pai.

Desejamos agradecer a remessa de :

→ "O GANCHO" - da Pastoral Operária de Campinas -

"Existe muita gente que gosta de falar em religião e em Deus, mas, no final das contas, não faz nada para os outros".

→ "ANO DOS MÁRTIRES" - CIMI-SUL -

"Morro como um tatu, dentro de um buraco. É um rancho num buraco, coberto de folha de palmeira. Com mulher e três filhos. Sou um desgraçado, moço. Um desgraçado. É preciso muita fome. Um Kaigang puro, "Coroado" e passo fome. Vivo como um tatu. É só reclamar, apanho e vou prá cadeia". Nijá Muikang

→ "DIA INTERNACIONAL DA MULHER" - do Movimento Feminino Pela Anistia-CE.

→ "Boas-NOVAS" - da Paróquia N.Sra.do Carmo - Monte Carmelo - MG.

Documentos

CARTA

PASTORAL

SOBRE

O

COMPROMISSO

DA

IGREJA

COM

OS

FRACOS

E

OS

OPRIMIDOS

Publicamos a seguir a Carta Pastoral de D. José Maria Pires e seu Auxiliar D. Marcelo Carvalheira, Bispos da Paraíba, sobre os sofrimentos e luta da população de Alagamar.

Assim, fazemos nossa a reivindicação do povo de Alagamar, apoiado pela Igreja da Paraíba, para que o governo realize a desapropriação das terras de Alagamar como é previsto até pela lei. E convidamos os leitores para que participem desta campanha atendendo os pedidos destes nossos irmãos e o nosso: Mandem cartas exigindo das autoridades competentes a desapropriação de Alagamar.

Esta carta da Paraíba é um importante documento para o nosso trabalho porque, da mesma maneira que os antigos Pastores da Igreja, estes nossos Bispos mostram hoje que para nós nem sempre o que é legal (de acordo com a lei do país) é justo (de acordo com a verdadeira justiça) e inspirado por Deus. E que, principalmente na prática pastoral, é preciso realmente estar ao lado do povo.

I - INTRODUÇÃO

Meus irmãos :

- Um dia Jesus entrou na casa de oração dos judeus e leu a seguinte passagem do profeta Isaías :

"O Espírito do Senhor está sobre mim. Ele me escolheu para anunciar as Boas-Notícias aos pobres e me mandou anunciar a liberdade aos presos, dar vista aos cegos, por em liberdade os que estão sendo maltratados e anunciar o ano que o Senhor vai salvar o seu povo" (Luc.4,18-19).

- Na despedida do General Brum Negreiros como Comandante do Grupamento de Engenharia, fui por ele apresentado ao Comandante do IV Exército, General Argus Lima. Eis um trecho do diálogo que então se estabeleceu entre nós :

General Argus Lima: "... Eu sou da Cavalaria. O senhor sabe o que é a Cavalaria ?"

Arcebispo: "Não sou entendido em assuntos militares, General. Mas, se o senhor é da Cavalaria, acredito que há-de ser muito cavalheiro".

General: "A Cavalaria, desde as suas origens, tomou a defesa dos fracos, dos órfãos e das viúvas".

Arcebispo: "Então nos encontramos empenhados na mesma causa. A Igreja cada vez mais vem procurando colocar-se ao lado dos fracos e dos oprimidos".

- Na última Assembléia Diocesana, aprovamos a seguinte Diretriz: "*Solidarizar-se com o povo na luta em defesa de seus direitos e denunciar tudo aquilo que desrespeita os Direitos Humanos e a justiça*". E formulamos este compromisso: "*Nós nos comprometemos a procurar viver melhor o mistério da Encarnação: tentarmos ser pobres e estarmos com os pobres e, assim, irmos nos afastando do centro e nos aproximando das margens, sem excluir ninguém, mas conscientes de que os pobres são os destinatários do Evangelho, queremos deixar clara nossa convicção de que nos pequenos é revelado o conhecimento da Salvação e, na medida em que se conscientizam, tornam-se a força libertadora do mundo*".

Estas três citações revelam um centro de interesse comum: o oprimido, o fraco, o povo humilde. Elas indicam uma semelhança de missão: O Evangelho é dirigido aos pobres; o braço armado deve levantar-se em defesa do fraco; a Igreja deve ser procurada e encontrada em meio aos pequenos. Estas citações nos parecem apropriadas para o início da Quaresma quando toda a Igreja do

Brasil é convidada a suplicar ao Senhor e a advertir os homens: "TRABALHO E JUSTIÇA PARA TODOS".

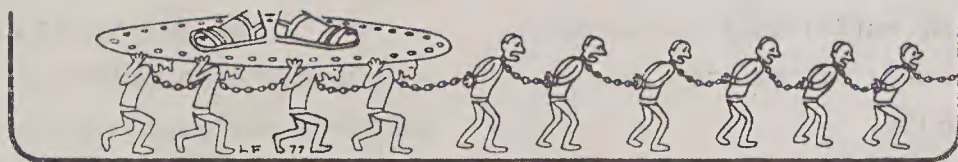
Nunca como hoje pareceu necessário defender o fraco e lutar pela libertação dos oprimidos. Nunca como hoje o fraco correu tanto o risco de ser esmagado pela máquina, pela técnica, pelo poder econômico. Nunca foi tão grande a distância entre um pequeno número de poderosos e a multidão imensa dos fracos.

Hoje o fraco a ser protegido não é só a criança que atravessa uma rua movimentada ou o órfão que passa fome ou a viúva sem teto... O fraco é o operário que vive com salário mínimo, o trabalhador forçado a emigrar da terra em que nasceu. O fraco a ser protegido é o lavrador de Alagamar, de Piacas e de tantos outros sítios ou fazendas invadidas pelo boi ou pela cana.

É sobre esta situação que vamos refletir na presente Carta Pastoral.

II - O QUE É ALAGAMAR

É um extenso latifúndio composto de vários sítios ou fazendas, entre eles Alagamar e Piacas. Fica nos municípios de Itabaiana e Salgado de São Félix. Enquanto vivia, o Sr. Arnaldo Maroja dava liberdade aos moradores de cultivarem a terra plantando lavouras de subsistência e criando alguns animais. O proprietário contentava-se com



o "foro" que lhe era pago em dia. Calcula-se em cerca de 700 as famílias espalhadas por aqueles mais de dez mil hectares de terra. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura conseguiu cadastrar 446 famílias com um total de 2.723 pessoas.

aplicar o Estatuto da Terra. Falharam também os órgãos de informação do Governo deixando de alertar as Autoridades competentes sobre a existência dessa grande área disponível. E como "por falta de um grito se perde a boiada", lá se foi para as mãos de poucos uma

"UMA VIDA ASSIM NÃO VALE A PENA DE SER VIVIDA!"



O Sr. Arnaldo Maroja faleceu no dia 7 de novembro de 1975. Não tinha herdeiros necessários. Mas deixou um testamento em que determinava que as terras fossem vendidas e o dinheiro distribuído para as pessoas cujos nomes estão no testamento.

Tratava-se, portanto, de uma terra desimpedida e posta à venda. Terra sem proprietários. Os agentes de pastoral que trabalham na região eram de parecer que o governo devia comprar a fazenda e implantar ali um núcleo de colonização e reforma agrária. Temos a impressão que o INCRA falhou e deixou escapar essa excelente oportunidade de

extensa propriedade que o Governo, se advertido em tempo, poderia ter colocado a serviço de pelo menos 446 famílias. Isso não impede, é claro, que o Governo, se quiser, possa ainda resolver a questão em favor do povo. Ele tem em mãos os recursos legais e financeiros para isso. Ele PODE ainda desapropriar Alagamar. É o que de todo coração desejamos e esperamos. Demos a palavra à Federação dos Trabalhadores na Agricultura :

"... Até a morte do senhor Maroja, essas famílias tinham uma situação calma e tranquila, visto que podiam trabalhar, produzir e morar na Fazenda

Alagamar sem sofrerem qualquer pressão. Eram respeitados seus direitos. Agora a coisa mudou. Toda aquela tranquilidade ruiu ante a radical mudança do sistema. Imperam o desassossego, a ameaça e a opressão, de formas direta e indireta. Trabalhadores antes afeitos apenas ao trabalho da lavoura, vêm se obrigados a procurar proteção e segurança capazes de lhe devolver o direito de cultivar o solo em paz". (O Trabalhador Rural - n.ºs: 9 a 12 - set. a dez, 1977, pag. 8-9).

A Federação tomou as medidas legais para proteger os agricultores. Mas ela mesma reconhece que isso é uma solução provisória. Para ela, só a "desapropriação da área por interesse social, conforme disposto no art. 18 da Lei 4.504, poderá resolver, em definitivo, a situação".

"A CONTAG também é de opinião que somente a intervenção dos órgãos competentes, INCRA e Ministério da Agricultura, com a aplicação do Estatuto da Terra, poderá assegurar aos trabalhadores a permanência na terra que cultivam e da qual depende a sua sobrevivência. Nesse sentido, a CONTAG encaminhou expedientes ao presidente do INCRA e ao Ministério da Agricultura". - (Op. citado, pág. 10).

III - EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO

Qual está sendo o comportamento das pessoas, dos grupos ou entidades presentes em Alagamar? Como agem os compradores, os moradores, a Federação?

1 - Os compradores : Um deles plantou cana em 14 sítios arrendados, invadindo assim posses legítimas. Outros levantaram cercas para dividir em mangas para o gado terras onde os agricultores fazem suas plantações. Estes mesmos trouxeram gado de fora e o soltaram na região causando sérios prejuízos às culturas dos moradores, sobretudo as bananeiras.

2 - Os agricultores : Mesmo antes que surgissem problemas na área, já se mostravam unidos e dividiam entre si o que possuíam. Quando começaram as dificuldades, sempre procuraram seus órgãos de classe, a saber, o Sindicato e a Federação. Nunca recorreram à violência. Procuraram agir dentro da lei e buscaram contato com as autoridades. Arrancaram as cercas que foram feitas em suas posses. Tingeram e prenderam o gado solto que devorava suas plantações. Reuniram-se em grande número (cerca de 300) para arrancar a cana plantada indevidamente. Deram toda assistência possível aos oito companheiros que foram presos por ordem judicial ou detidos por ordem da Segurança Nacional.

3 - A Federação : A princípio teve uma atuação lúcida e corajosa denunciando os fatos lesivos aos agricultores e pleiteando a desapropriação da área. Aos poucos foi abandonando a causa da desapropriação não por convicção mas em razão das pressões recebidas. Está se tornando um freio mais do que um incentivo e apoio ao esforço dos agricultores para permanecerem na terra sem aceitarem um acordo que lhes é prejudicial.

IV - NOSSAS PERGUNTAS

- Quem tem mais direito de ficar com aquelas terras? As 446 famílias (700 segundo outros) que ali moram e trabalham ou uma dúzia de pessoas abastadas que residem confortavelmente em Pernambuco? Nessa demanda, quem é o agressor? O comprador que faz cercas para dividir em mangas terras cultivadas pelos moradores ou os moradores que retiraram essas cercas?

- Quem é o agressor? os compradores que trazem gado de fora e o soltam nas terras ou os lavradores que tangem e prendem o gado para que não estrague suas lavouras?

- Quem é o agressor? o comprador que planta cana nas posses dos moradores ou os que arrancam a cana para defenderem sua posse?

- Quem é o agressor? O homem pacato que reside ali há 30, 40, 50 ou mais anos ou o chegante que, só pelo fato de ter mais dinheiro, se investe no direito de senhor absoluto da terra?

E, se as agressões partem dos proprietários, por que é que, até agora, somente agricultores foram presos ou detidos quando não fazem outra coisa senão defender, por meios não violentos, os seus direitos?

V - NOSSAS RAZÕES

A Igreja da Paraíba tomou posição. Ela está do lado dos agricultores de Alagamar. E o faz por fidelidade ao Evangelho e por amor ao povo. Como Jesus, fizemos uma opção pelos oprimidos, embora reconhecemos que estamos ainda

longe de levar às consequências mais pesadas esse compromisso. Mas estamos caminhando nessa direção e o número dos que se comprometem com o povo cresce constantemente. Como Jesus Cristo, não somos contra os ricos. Mas somos contra a ambição de muitos deles que impedem o desenvolvimento dos pobres. O desenvolvimento de uma Nação não se mede acima de tudo pelas indústrias que tem, pelas exportações que faz, pelo dinheiro que acumula. O desenvolvimento mede-se antes de tudo, pelo bem-estar da população. Numa sociedade bem organizada, os meios de produção devem ser colocados a serviço do bem comum e não do enriquecimento individual. Os compradores de Alagamar não precisam daquelas terras para viver. Os agricultores que nelas residem e trabalham dependem delas para sua sobrevivência. O bem comum está, pois, exigindo que elas sejam desapropriadas.



Sustentamos que a compra por dinheiro não pode ser a única nem a principal fonte do direito de propriedade. A necessidade eo trabalho são títulos mais nobres e mais legítimos. Quem precisa da terra tem mais direito do que quem não precisa. Quem a cultivou com carinho e dela tira o sustento é mais do que aquele que tem dinheiro "nunca plantou um caroço de nada".

Alega-se que nosso Direito sô reconhece como dono quem comprou. Sô ele tem um título legal. Mas é preciso reconhecer também que nem tudo o que é legal é legítimo ou é o mais legítimo. A campanha dos agricultores e de seus órgãos de classe é para que se dê legalidade ao direito proveniente da necessidade e do trabalho. O Governo o fez em Mucatu, que tinha menor extensão e menor número de famílias. Pode fazê-lo com maior razão em Alagamar e em casos semelhantes até que uma nova legislação consagre o direito do fraco e do necessitado. De certo modo, essa legislação já existe. É o Estatuto da Terra. Ele prevê o caso de Alagamar quando diz: "*As desapropriações a serem realizadas pelo Poder Público nas áreas prioritárias, recairão sobre (...) as áreas que apresentam elevada incidência de arrendatários, parceiros e posseiros*" (Art.20,V). Alagamar está nesse caso. Fica dentro da área declarada prioritária para reforma agrária e tem centenas de arrendatários e posseiros.

Estamos certos de que o Brasil tem possibilidade de acabar com a penúria do homem do campo. Isto exige uma nova orientação da política agrária dando prioridade à produção de alimentos mais do que ao que é exportável.

Mas essa nova orientação contraria os interesses dos poderosos. Ela não se fará enquanto o povo não se movimentar para fazer sentir seus sofrimentos. Foi assim com o povo de Deus no Egito. Foi sempre assim na história.

A Igreja, hoje, vem apoiando o povo para que ele se organize e assuma a

responsabilidade dos passos de sua caminhada, busque a transformação das estruturas de opressão e a modificação das leis que impedem a melhoria substancial de suas condições de vida.

A Igreja julga que atitudes como a dos trezentos agricultores que se reuniram para defender as posses de alguns companheiros são prova de um grande amadurecimento do povo e merecem o respeito e o aplauso de quantos querem o desenvolvimento nacional, especialmente daqueles a quem compete a responsabilidade mais direta da ordem e da segurança: eis que tudo se faz dentro da mais perfeita ordem e os próprios agricultores zelaram pela segurança de todos.

Sobretudo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura deve sentir-se orgulhosa de poder colher resultados tão ricos de suas lutas para dar aos trabalhadores a consciência de classe.

A Federação não pode permitir que seja abafada ou destruída a planta que vai surgindo tão viçosa.

Por isso denunciemos como muito grave o fato de o Presidente da Federação e um dos advogados terem sido chamados ao 15 R.I. para aconselharem os agricultores detidos a aceitarem o acordo e a desistirem de lutar por aquilo que é um direito deles, isto é, a aplicação, no caso de Alagamar, da Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964.

Denunciemos os expedientes de toda sorte - intimidações, ameaças, insinuações, promessas que visam a afastar os agricultores do direito que lhes assiste de pleitearem para si a posse exclusiva daquela terra.

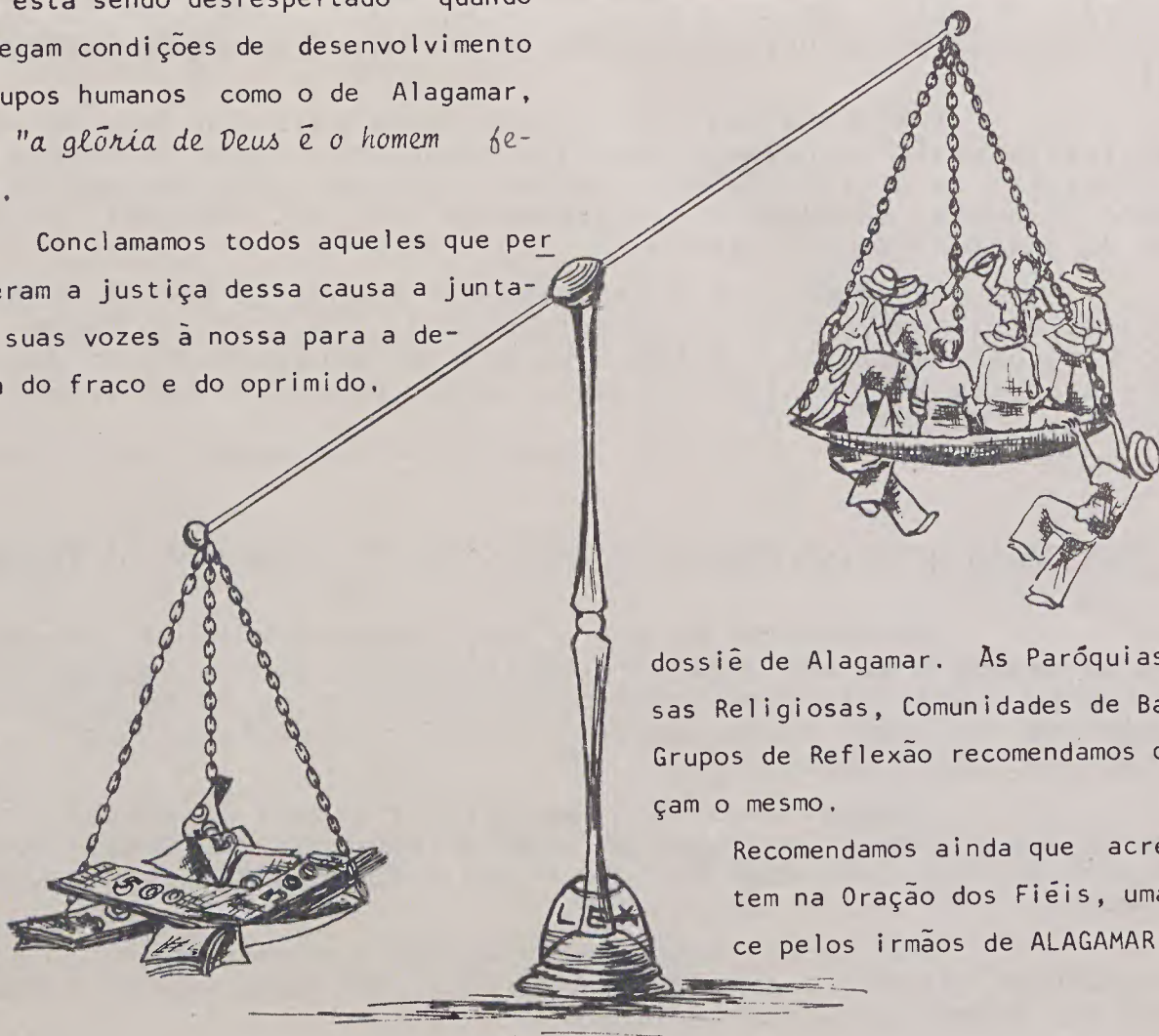
VI - CONCLUSÃO

Acreditamos não estar sozinhos nessa tomada de posição em favor dos agricultores vítimas de pressões e de injustiças. Aliás, fatos dessa natureza ocorrem em todo o País.

São os índios expulsos de suas reservas, são os favelados deslocados em nome da urbanização, são os lavradores derrotados pelas grandes empresas rurais. Sabemos que a caminhada, como a do povo de Deus através do deserto, vai ser longa e penosa. Mas a vitória é garantida porque Deus se fez aliado poderoso dos pequenos e lhes prometeu o Reino.

Advertimos aos que se gloriam do nome de cristãos e aos que professam a fé na Igreja Católica que o plano de Deus está sendo desrespeitado quando se negam condições de desenvolvimento a grupos humanos como o de Alagamar, pois "a glória de Deus é o homem feliz".

Conclamamos todos aqueles que perceberam a justiça dessa causa a juntarem suas vozes à nossa para a defesa do fraco e do oprimido.



Sugerimos que escrevam ou telegrafem às Autoridades encarecendo a urgência de acolherem o pedido de desapropriação de Alagamar já encaminhado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba.

Solicitamos aos agricultores de outras áreas que escrevam aos seus irmãos de Alagamar animando-os e confortando-os. Podem encaminhar as cartas ao endereço da Arquidiocese (caixa postal nº 13 - João Pessoa - 58.000 - Paraíba), e ela as fará chegar aos destinatários.

Pedimos que mandem cópia de toda correspondência enviada às Autoridades, aos órgãos de classe ou aos trabalhadores, ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos (mesmo endereço da Arquidiocese) para que possa organizar o

dossiê de Alagamar. As Paróquias, Casas Religiosas, Comunidades de Base e Grupos de Reflexão recomendamos que façam o mesmo.

Recomendamos ainda que acrescentem na Oração dos Fiéis, uma prece pelos irmãos de ALAGAMAR.

Serão recebidas com reconhecimento quaisquer contribuições que outras pessoas ou instituições quiserem enviar para que os agricultores não desfaçam na luta por falta de recursos.

E, para participarmos mais concretamente da paixão de Cristo tornada presente nos sofrimentos de nossos irmãos agricultores, operários, pescadores, índios e outros, convido os cristãos que puderem, a fazer comigo um dia de jejum e oração para que Deus apresse a liberdade de seu povo. O dia escolhido é a sexta-feira, 17 de mar-

ço, comemoração das Sete Dores de Nossa Senhora.

Seja esta carta lida aos fiéis na 1a. Missa de preceito ou Culto Domini-cal e na primeira reunião das Comunidades de Base e dos Grupos de Reflexão.

Registre-se no livro do Tombo.

João Pessoa, 12 de fevereiro de 1978, 1 Domingo da Quaresma.

+ José Maria Pires

Arcebispo da Paraíba

+ Marcelo Carvalheira

Bispo Auxiliar

"Mostramos nossa alegria em ver a Igreja se preocupando com os problemas dos trabalhadores rurais que muito nos afligem e exigem uma atenção sempre maior afim de que exista trabalho, terra e justiça para todos".

Este é um trecho da carta que trabalhadores rurais de Umuarama - Paraná - enviaram a D. Pedro Fedalto - Arcebispo de Curitiba - em relação ao documento dos Bispos do Paraná que apresentamos a seguir.

Nos alegamos com os lavradores pois sentimos a unidade da Igreja neste trabalho evangélico comum onde tanto os Bispos como a Pastoral da Terra e Pastoral Rural, apoiadas pelos mesmos no Documento, e outras entidades, se colocam ao lado dos humildes na caminhada da justiça, da libertação.

Esperamos que o trabalho dos Bispos do Paraná inspire, em outros estados vizinhos, o levantamento da realidade do homem do campo e o constante apoio do trabalho dos lavradores na busca das soluções urgentes para a atual situação de exploração em que vivem.

COMUNICAÇÃO DO EPISCOPADO DO PARANÁ SOBRE OS PROBLEMAS DA TERRA

Convencidos de que o amor a Deus nos impõe a preocupação pelos irmãos e sensibilizados pelos problemas referentes ao homem do campo em nossas Dioceses, sentimos-nos como Bispos do Paraná no dever pastoral de levar nossa palavra de conforto, esclarecimento e orientação ao nosso povo.

Aproveitamos para nos dirigir também às pessoas investidas de autoridade e, em razão de suas atribuições públicas, estão comprometidas com o serviço do povo e com a solução destes e outros problemas.

Por agora, nossa palavra quer ser apenas um alerta, um chamado de atenção a partir da realidade, dos seus apelos e das soluções que necessariamente se impõem.

I - O QUE NÓS CONSTATAMOS É QUE :

Existe um êxodo rural (saída do campo para a cidade), cada vez mais acelerado, determinando, por um lado, o "inchamento" dos centros urbanos, resultando na quase sempre marginalização do homem e, por outro lado, gerando uma forte e nociva corrente migratória;

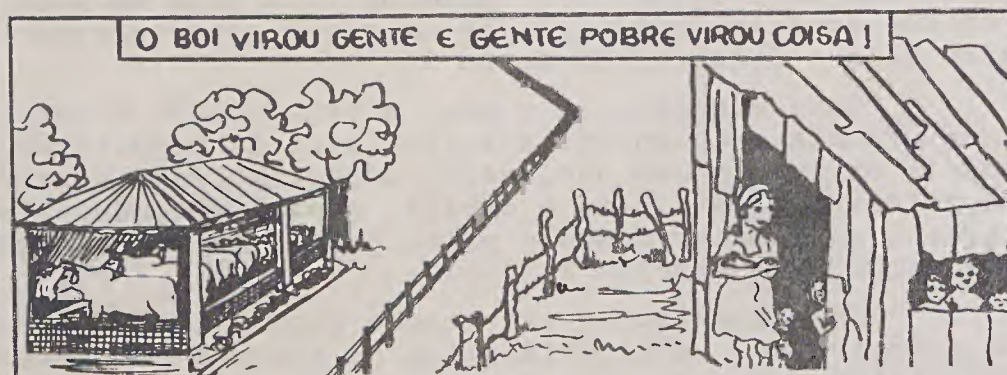
Existe no campo um processo sutil (que quase não se percebe) de grandes empresas, muitas delas alheias às atividades agrícolas, desestimulando progressivamente o pequeno agricultor e encaminhando-se decididamente à concentração das terras em mãos de poucos;

Existe um empobrecimento sempre mais sensível entre a classe dos trabalhadores rurais, um aumento acentuado de trabalhadores volantes (bóias-frias) socialmente desprotegidos e desamparados, e um número sempre maior de agricultores sem terras, havendo até casos de despejos arbitrários de posseiros, meeiros, arrendatários e outros ligados à terra;

Existe desrespeito às reservas dos índios, gerando dia a dia tensões e confrontos abertos de gravíssimas consequências;

Existe, no dizer dos técnicos, um desrespeito gritante frente às reservas naturais da fauna e flora, pela extinção (destruição) indiscriminada das matas, pelo uso excessivo de inseticidas, herbicidas, adubos químicos, determinando a morte biológica do solo e a erosão; provocando desequilíbrios ecológicos (desequilíbrios no bom funcionamento da natureza) de sérias consequências para o futuro, e inclusive séria ameaça à saúde e à própria vida do homem;

Existe um estímulo para a modernização da agricultura, porém, orientada ao aumento desenfreado do lucro de alguns em detrimento (prejuízo) da dimensão humana do pequeno agricultor;



Constatamos, pois, que este novo surto (impulso) desenvolvimentista na agricultura está causando, não só prejuízos materiais aos pequeno agricultor, mas também a desagregação da família rural e de seus preciosos valores éticos e religiosos.

Diante disto, como pastores e responsáveis pela transmissão da doutrina evangélica, tantas vezes explicitada (esclarecida) pelos Documentos da Igreja, sentimo-nos na obrigação de reafirmar estes mesmos princípios que servirão para uma análise crítica dos fatos que acabamos de constatar :

Desde o início, Deus entregou a terra a todos os homens : "O Céu é o céu do Senhor, mas a terra Ele a deu aos filhos do homem" (Salmo 113,b,16).

Recentemente o ensino da Igreja reafirmou, de maneira clara, esta mesma doutrina na Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo de hoje, da seguinte maneira : "Deus destinou a terra com tudo o que ela contém para uso de todos os homens e povos, de tal modo que os bens criados devem bastar a todos, com equidade (igualdade) com as regras da justiça, inseparável da caridade" (Gaudium et Spes,69).

Já o profeta Isaías recriminava (criticava com dureza) a concentração de terras nas mãos de poucos, com as seguintes palavras: "Ai de vós, que ajuntais casa com casa e que acrescentais campo a campo, até que não haja mais lugar, e que sejais os únicos proprietários do país" (Is.5,8).

Calha bem (está bem acertada), ainda, para a situação que lamentamos, a afirmação do Concílio Vaticano II, quando escreve na Constituição acima citada o seguinte: "Em muitas regiões economicamente menos desenvolvidas existem grandes ou também extensíssimas propriedades rurais, pouco cultivadas, ou sem cultura alguma, à espera de valorização, enquanto a maior parte do povo não tem terra ou dispõe somente de parcelas mínimas..."

II - PERGUNTAMOS :

Baseados na opinião de técnicos, em dados estatísticos do INCRA, estudos da CONTAG, ABRA e outros, que asseguram ser a pequena propriedade mais produtiva, por aproveitar melhor as terras, investir mais, produzir o grosso de nossas colheitas e gerar melhores rendimentos físicos, nós perguntamos :

Por que a atual política agrária se orienta para a grande empresa, extinguindo (acabando) progressivamente a pequena propriedade e favorecendo a concentração das terras em monopólios latifundiários ?

Por que se deixam intocáveis os grandes latifúndios do Paraná, com um total de 4.015.425 hectares de terras aproveitáveis e não exploradas ? (Dados Cadastrais do INCRA-1972)

Como não deveria aumentar, ainda mais, a nossa inquietação, com o fato da fraqueza das decisões políticas em prol de uma efetiva reforma agrária, por parte de um órgão especializado que, para tanto tem em mãos o Estatuto da Terra ?

Qual a coerência e qual a preocupação humanitária da política que orienta e incentiva a agricultura de exportação, que lesa (prejudica) os interesses nacionais, desestimulando a produção de gêneros de primeira necessidade e obriga, conseqüentemente, a sair da terra o pequeno agricultor que é o principal artífice (produtor) da variedade dos produtos agrícolas ?

Como explicar a orientação para a expansão do volume físico das exportações, se especialistas no assunto constatam que há desproporção entre o crescimento da exportação, que foi de 20,03% em 1974, e o aumento do valor da mesma que foi apenas de 5,6% ? (Revista Visão, 26.01.76).

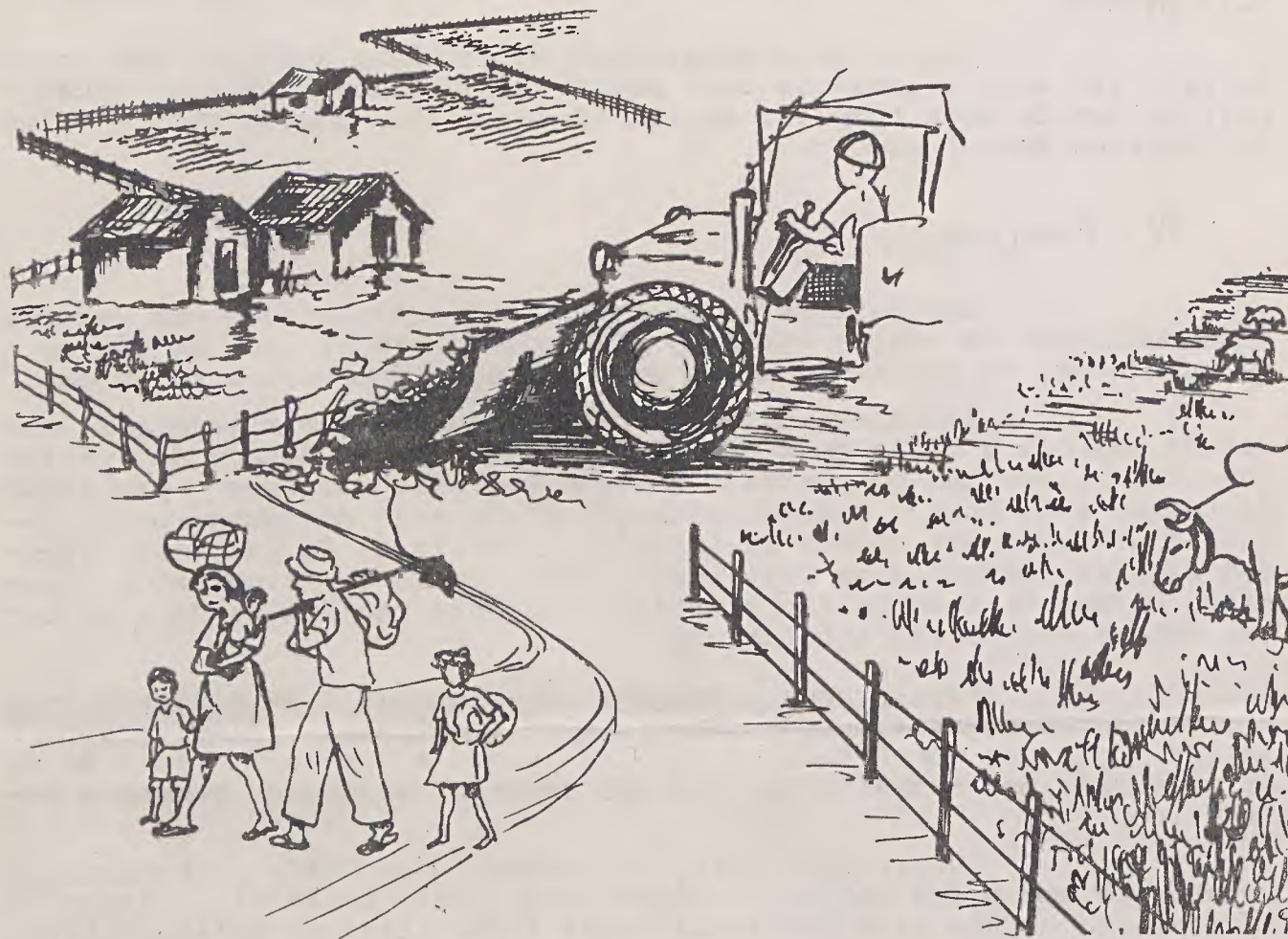
Por outro lado, por que, no afã (preocupação) de equilibrar a dívida externa, sacrificar grande parte da população (pequeno agricultor) que menos aproveita dos benefícios das importações, principais responsáveis pelo desequilíbrio da balança ?

Por que, através dos incentivos fiscais, a política agrária não fornece ao pequeno agricultor maiores facilidades de crédito, proporcionando-lhe, assim, maior estímulo e confiança no cultivo da terra ?

Como entender, num país continental como o nosso, com 70 milhões de hectares de terras aproveitáveis e não exploradas (aspectos da realidade agrária, pág.2, CONTAG, e Dados Cadastrais INCRA-1972), a maciça emigração ao Paraguai de, aproximadamente, 300.000 brasileiros ? (Informação verbal de prelados do Paraguai).

Diante deste quadro, cabe-nos ou não, lamentar a inoperância reivindicativa (falta de iniciativa em reclamar) a que foram reduzidos os sindicatos rurais na atual conjuntura ?

Por fim, nos perguntamos por que a política agrária, que opta pelo aumento da produção agrícola e estimula a modernização da agricultura com pesados custos sociais consequentes, não se preocupa em alterar a estrutura fundiária (propriedade da terra), proporcionando um quinhão de terra a tantos que, para sobreviver, dela dependem?



III - DECIDIMOS :

Baseando-nos no Estatuto da Terra, como também aderindo aos pronunciamentos dos Bispos de várias regiões do Brasil, bem como na ação e no exemplo da Comissão Pastoral da Terra, julgamos oportuno apelar às autoridades constituídas para que façam uma revisão do atual encaminhamento da estrutura fundiária (situação de repartição das propriedades da terra), para tentar corrigir as distorções e encaminhar uma efetiva reforma agrária.

Decidimos mobilizar os agentes de pastoral em torno de um trabalho evangelizador de conscientização do agricultor, para que evite de toda a forma a venda e hipoteca de suas terras, esclarecendo-o, todavia, sobre outras formas de financiamento, fixando-se com coragem em sua propriedade.

Valemo-nos da Campanha da Fraternidade do corrente ano - CNBB - para reforçar com ênfase especial o seguinte parágrafo : "o homem é naturalmente um ser social, que tem direito e até o dever de se associar em grupos legítimos para o mútuo apoio, a defesa comum e maior contribuição para a inteira sociedade. Por isso, a Igreja sempre apoiará os sindicatos autênticos, autônomos e livres, com força para reivindicar os direitos dos associados e que não se reduzem a organizações assistencialistas, mas servem à verdadeira promoção da classe trabalhadora" (Manual da Campanha da Fraternidade 1978).

Apoiamos as iniciativas da CNBB em constituir linhas de pastorais específicas, tais como a Pastoral Rural e Pastoral da Terra que buscam atuar junto ao homem do campo, à luz do Evangelho. Ao mesmo tempo, manifestamos nossa solidariedade a todos os que se empenham evangelicamente na promoção dos trabalhadores rurais e que, por isto, muitas vezes sofrem ameaças, perseguições, quando não agressões mais graves.

Diante da complexidade do problema agrário, bem como do zelo que deva animar-nos como pastores, julgamos oportuno encaminhar um estudo mais completo da realidade agrária paranaense, à luz da Doutrina Social da Igreja.

IV - CONCLUIMOS :

Com esta reflexão e decisão, consolidamos uma vez mais a comunhão com as várias Igrejas Regionais do Brasil que, em várias oportunidades, se manifestaram em defesa dos mais pobres e oprimidos.

Reconhecemos, também, e desejamos somar esforços com tantas pessoas e organismos pioneiros que, de longa data e de várias maneiras, trabalham no alerta e solução dos mais variados problemas da terra, tais como : defesa, promoção e educação do homem rural, amparo e proteção das jovens do interior, auxiliares do lar, nas grandes cidades, melhoria da legislação rural, apoio aos sindicatos rurais, defesa da fauna e flora, reflorestamento racionalizado e de tantas outras meritórias iniciativas.

Registramos igualmente, com louvor, o persistente empenho de tantos agentes de pastoral rural - sacerdotes, religiosos e leigos - que nas comunidades e capelas rurais vivem lado a lado da família rural, num trabalho de profundo sentido religioso, humano e patriótico.

Inspirados, pois, no documento da CNBB, "Exigências Cristãs de uma Ordem Política" quando diz : "Nós, pastores, temos a consciência de não estarmos exorbitando (indo além) de nossa missão, quando proclamamos estas exigências e exortamos os cristãos a assumirem sua função específica (própria) na construção da sociedade, de acordo com estes princípios", entregamos ao povo e aos responsáveis pelo bem comum este comunicado.

Esperamos e temos certeza que será recebido como contribuição ao anseio de todos em construir um mundo melhor, firmado nos valores da paz, da justiça e fraternidade verdadeiras.

A quantos nos ouvirem e se empenharem em aplicar estes nossos ensinamentos, recordamos as palavras do Concílio Vaticano II : "Os cristãos que participam ativamente no atual desenvolvimento econômico-social e, lutam pela justiça e caridade, estejam convencidos que podem contribuir muito para o bem estar da humanidade e paz no mundo" (GS, 72).

Curitiba, 17 de fevereiro de 1978.

D. Pedro Fedalto - Arceb. de Curitiba - D. Bernardo Nolker - Bispo de Paranaguá
 D. Geraldo Fernandes - Arceb. de Londrina - D. José Maimone - Bispo de Umuarama
 D. Armando Círio - Bispo de Toledo - D. Pedro Filipak - Bispo de Jacarezinho
 D. Jaime L. Coelho - Bispo de Maringá - D. Romeu Alberti - Bispo de Apucarana
 D. Eliseu S. Mendes - Bispo de Campo Mourão - D. Agostinho Sartori - Bispo de Palmas
 D. Benjamim de Souza Gomes - Bispo de Paranavaí
 D. José Joaquim Gonçalves - Bispo de Cornélio Procopio
 D. Walter M. Ebejer - Bispo de União da Vitória
 D. Albano Cavallin - Bispo Auxiliar de Curitiba
 D. Domingos Wisniewski - Bispo Auxiliar de Curitiba

CEARÁ - A LEI SÓ NO PAPEL

A situação dos lavradores da Várzea do Boi (Tauá) continua muito ruim.

As autoridades não tomaram quaisquer providências.

No Boletim da CPT nº 13 já publicamos uma carta de Dom Antônio Fragoso denunciando esta situação.

Segue abaixo outra carta. Esta foi feita pelos próprios lavradores.

Tauá, 9 de março de 1978

Exmos. Srs.

Mais uma vez estamos comunicando para todos a nossa situação como vem sempre se agravando dia a dia.

Nós abaixo assinados já faz mais de um ano que estamos privados de trabalhar nas terras do Projeto de Irrigação Várzea do Boi, em Tauá - Ceará.

Não sabemos dizer realmente a culpa de quem é. Pedimos mais uma vez a justificação das faltas, pois já estamos em março sem plantar uma cova de nada, pelo motivo de terem nos proibido de trabalhar numa terra que foi desapropriada e dita que ia nos servir para melhorar a vida do trabalhador rural. Vejam lá, está melhorando a vida do trabalhador? Será que não é mais um cativeiro?

Esta luta pela justiça continua. Estamos respeitando uma lei e queremos que os outros também respeitem ela. Queremos voltar a trabalhar na terra que nos foi entregue.

Pedimos as autoridades para estudarem o Estatuto da Terra e ver se dá ou não direito ao trabalhador rural de permanecer e trabalhar na terra que trabalha ou mora nela.

Temos certeza que o Estatuto da Terra foi uma lei assinada pelo Presidente da República do Brasil, para garantir os nossos direitos. Não sabemos porque os Diretores do DNOCS não respeitam esta lei. Será que eles são desligados do Presidente da República?

A época aqui do inverno no Nordeste, todos sabemos que começa em janeiro e estamos em 9 de março sem termos segurança de nada. Em todas nossas casas se encontram pessoas doentes.

Na casa de Luís desde julho de 77 caiu uma queda, bateu um joelho numa pedra e ficou doente. Em 18 de dezembro ele foi levá a Fortaleza para tratamento médico. Passou 33 dias lá e foi marcado pelo médico que no dia 2 de março de 78 voltarem com o menino. Voltaram, lá estiveram com o menino 6 médicos que os mesmos olhando a Radiografia pediram outras interna e externa e ainda não está hospitalizado.

A mãe do menino que foi com ele fez exame com um especialista de vista. A mesmo lhe disse: voce tem que mandar fazer uma raspagem em um olho por enquanto, depois o outro também precisa.

Antônio Totô Ferreira tem uma moça que ficou traumatizada depois que começou as perseguições ao seu pai. No dia 18 de janeiro de 78 quando se acharam com a casa cheia de pessoas desconhecidas acompanhadas pelo pessoal do Departamento Nacional de Obras contra a Seca - DNOCS -, ela teve o maior choque que caiu como morta. Seu pai não estava em casa, quando chegou levou-a no mesmo transporte que o trazia e hospitalizou em Tauá, passando vários dias no hospital. Depois foi levada para Fortaleza que ainda está por lá.

Gilberto está com a esposa doente a muito tempo.

Francisco Correia tem doente a esposa, uma filha e o filho pequeno.

Estamos todos neste sofrimento por causa de boas promessas e nos deram um cativeiro dos infernos. Fomos todos iludidos e podem acreditar que isto é uma verdade. Nos falta dinheiro para comprar o remédio, comprar alimentos. Demos graças a Deus os companheiros que nos mandaram alguma ajuda.

No dia 17 de fevereiro de 1978 prestamos depoimentos na Delegacia de Polícia de Tauá, ao Delegado de Polícia Federal, Dr. Marçal.

Que o mesmo investigou-nos sobre uma cancela que diziam o Totô ter cortado. A verdade é que Totô cortou uma estaca para poder passar com sua carroça e seu rapaz ir caçar uma vaca amojada, pois haviam botado um cadeado na cancela e Totô estava em Fortaleza com a filha doente, quando chegou em casa não tinha água para beber e era pela cancela que ele tinha que ir para o açude apanhar água. Por causa do cadeado que botaram Totô teve o prejuízo de sua vaca.

Investigaram o Gilberto sobre um falso que a mulher de seu vizinho inventou. Que Gilberto havia mordido a mesma, esta mulher deu parte de Gilberto e o pessoal do DNOCS tomaram medida séria contra Gilberto, quando a mesma mulher contava que José Balbino vinha perseguindo a ela e tinha dado parte a gerência e nunca se ouviu falar que José Balbino fosse apertado por isso.

Até o marido desta falsa mulher contava a mais de um ano que José Balbino tinha lhe oferecido Cr\$ 500,00 para deixar sua mulher ficar uma noite com ele. Segundo o mesmo marido informou que o gerente é sabedor deste acontecimentos com José Balbino.

Por prova que é um falso contra a pessoa de Gilberto, o Mosinho marido da falsa mulher que antes falava mal de José Balbino, hoje é um amigo do mesmo.



Francisco Correia foi investigado de ter ameaçado arrancar o bigode de Dr. Remo, quando esta estória não tem quem prove com verdade.

Interrogou-nos sobre um arrombamento de um canal que nunca se viu falar de ter sido arrombado.

Interrogou-nos sobre uma área de terra do Luiz que o povo do DNOCS plantaram no dia 19 de janeiro de 78. A mesma área pertence a Luiz e que foi plantada pelo pessoal da gerência do DNOCS e os mesmos desconhecidos que haviam entrado na casa de cada um de nós, estavam armados informação de pessoa que viu.

As 4 pessoas da Polícia Federal que além de nos investigar não queriam saber da questão principal, a nossa suspensão. Quando se falava da venda do feijão de Cr\$ 5,00 quando o preço no comércio era de Cr\$ 12,00 a Cr\$ 14,00 eles não queriam saber. O caso do feijão toda população de Tauá sabe disto.

Durante o interrogatório, uma vez mandou escrever ao contrário do que foi dito, mas foi repreendido.

Ainda tiraram nosso retrato com uma placa no peito, na mesma continha um letreiro de SPF, e outras coisas a mais.

Nos disseram que estavam nos processando, que foi feita a pergunta, Porque? O Delegado disse que através de uma chamado do Juiz nós vamos ter a oportunidade de saber.

Também nos ficharam e nos tiraram muita impressão digital.

Investigaram tiros que haviam dado nas terras do Perímetro, querendo saber mais se Luiz caçava. Quando dizem ser proibido atirar e os empregados do DNOCS atiram, matam caças, eles tem seu ordenado certo e o colono não pode nem possuir uma espingarda que a muitos anos possuía, chamam logo a Polícia Federal para levar.

As pessoas que trabalham com o DNOCS andam examinando qual são os colonos que estão andando nas casas dos colonos suspensos que somos nós. Como que a gente exigir aquilo que a lei nos assegura fosse uma doença contagiosa.

A questão Agrária está na Justiça Federal desde novembro de 77 mas até agora não temos segurança de ficar na terra, nem de plantar. A ordem dos Advogados do Ceará está dando apoio, o advogado é interessado, mas isso não depende dele e sim da Justiça Federal... E a Justiça como se sabe é vagarosa. E o tempo vai passando e a nossa situação financeira e de saúde tá muito ruim. Estamos vendo a hora perder mais um inverno sem plantar.

Respeitamos as Leis do País e queremos que os outros também respeitem, já que nós na qualidade de trabalhadores rurais não estamos sendo respeitados como pessoas humanas.

Pedimos a solidariedade de todos aqueles que até agora nos tem apoiado e de outros que tomando conhecimento dos fatos venham a compreender o que é de Lei.

E repetimos a dizer: "Cobramos as autoridades de alta responsabilidade que o nosso direito seja respeitado".

(Seguem assinaturas de lavradores)

Notícias e Comentários

TEÓFILO OTONI (MG) :

"JUSTIÇA E TRABALHO PARA TODOS"

O Bispo de Teófilo Otoni (MG), Dom Quirino Adolfo Schmitz, divulgou uma carta referente à Campanha da Fraternidade deste Ano.

"Este ano, em todo o Brasil, diz D. Quirino no início da carta, a Campanha da Fraternidade chama os cristãos para procurarem "Trabalho e Justiça para todos". Com isto a Igreja quer colocar-se mais perto dos que sofrem injustiças e dar apoio aos que procuram trabalho e não o encontram".

Entendendo que "é na Bíblia que esta atitude encontra sua base", o Bispo narra a história do rei Acab, de Israel, acontecida faz 2.800 anos atrás.

O tal rei, querendo tomar um pedaço de chão que pertencia a um lavrador chamado Nabot, começou, com a ajuda da mulher, a levantar calúnias contra ele, dizendo que era contra o Rei e contra Deus (O Bispo diz mais que se fosse hoje a acusação que o rei fazia era de "subversivo e comunista").

Aí os juizes e a polícia da época prenderam Nabot e deram sumiço nele. E assim o rei ficou com a terra que queria.

Mas, na época, vivia um homem muito justo, o Profeta Elias, que foi falar ao rei sobre a injustiça cometida. E disse bem claro que Deus não havia gostado daquilo e que o Rei e sua família teriam o castigo merecido.

(Esta história está contada na Bíblia no 1º Livro de Reis, 21, 1-24 e no 2º Livro de Reis, 9, 30-37).

No documento do Bispo diz que hoje acontece quase a mesma coisa.

Em Teófilo Otoni, Minas Gerais, centenas de famílias ocupavam, a partir de 1942, uma fazenda de 7.000 hectares, que hoje está sendo tomada pela plantação de capim em quase toda a sua extensão. Casas dos posseiros foram queimadas, animais de carga foram levados e houve até ameaças de morte contra moradores.

Está todo mundo com medo pelo amanhã, sem saber o que fazer.

D. Quirino diz que o povo é pacífico e paciente, mas vai defender seus direitos.

"É interessante notar, fala ele, que as dificuldades unem o povo e o fazem buscar ajuda no Sindicato de Classe".

O Sindicato de Teófilo Otoni tem mais de 4.000 membros.

O dono da fazenda ameaçou com a Polícia Federal e chama os sindicalizados de "subversivos".

Aí o Bispo pergunta :

"Será que defender os interesses dos fracos constitui subversão?"



Serã que os trabalhadores rurais não podem valer-se, livremente, de sua organização, legitimamente constituída pelo Ministério do Trabalho ?"

Depois, a carta do Bispo fala da dificuldade que o trabalhador tem de conseguir justiça, de ao menos falar com o juiz.

Os trabalhadores, segundo o Bispo, não estão querendo criar caso, mas querem paz, trabalho, justiça, para poderem viver como gente, e não querem ir parar nas favelas da cidade.

E diz que os lavradores tem uma função importante, porque produzem o que é básico para a alimentação do povo, milho, feijão, arroz, hortaliças, e isto as grandes fazendas de gado não fazem.

Por isto há necessidade de melhorar a vida do povo e garantir meios para que os lavradores permaneçam na terra.

"Merecem nosso irrestrito apoio as organizações e sindicatos que se esforçam para melhorar a vida do povo em geral. Merecem atenção as pessoas que tem coragem de expor sua vida por seus irmãos mais fracos (cf.1 Jo 3,16).

São dignos de louvor os que emprestam sua voz aos que não tem mais voz e nem vez em nossa terra (Isaías, 58,6-7)".

E vai concluindo D.Quirino, citando o Evangelho:

"Tudo o que vocês fizeram ao menor dos meus irmãos, a mim o fizeram" (Mateus, 25,40-45).

Por isto, o Bispo pede um "gesto de nobreza e generosidade para com Jesus", cumprindo o que é justo e garantindo a terra para os que nela trabalham.



BAHIA : GRILAGEM E VIOLÊNCIA

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mata de São João, no estado da Bahia, mandou um ofício à FETAG denunciando a firma de construção civil Norberto Odebreck, que vem usando de violência para tomar conta de uma área de terra pertencente ao Estado e onde estão, desde muitos anos, muitas famílias de posseiros. O Sindicato fez um levantamento e descobriu que há mais de 70 títulos de posse declarados no IBRA e legalizados com cadastramento no INCRA desde 1972.

A firma derruba cercas, marca as terras com arames e ameaça os posseiros com homens armados de revólver e espingardas, dizendo-se com permissão da Delegacia de Polícia de Mata de São João.

PARANÁ I : DOCUMENTO DA CPT DO PARANÁ

Recebemos um Documento da Comissão Pastoral da Terra do Paraná chamando a atenção para a situação difícil dos pequenos agricultores do Oeste do Paraná.

Esses lavradores, cuja maioria veio do Rio Grande do Sul, se dedicavam a várias culturas e atualmente estão sendo obrigados, pela política oficial do governo, a se dedicarem à cultura da soja.

Tiveram um prejuízo enorme com a redução de preços decretada pelo governo e outro maior ainda com a seca que houve nestes primeiros meses do ano.

Muitos apelaram para ajuda de Ministério e tentaram conseguir financiamento do Crédito Rural.

Mas, os critérios da legislação dos créditos agrícolas não favorecem o pequeno agricultor, que, ao contrário, acaba numa situação de pior dependência da hipoteca bancária.

Há ainda milhares de famílias prejudicadas pela construção da famosa usina de Itaipu. Vão ser deslocadas de suas terras e a desapropriação não obedece a critérios justos.

É ainda negro o problema dos empregados das firmas que abriram falência.

As famílias ficam sem emprego, passando fome e miséria, enquanto esperam a solução do problema.

Isto acontece agora com a FRIMESA de Medianeira e o Frigorífico de Marechal Rondon, mas, há ainda muitos outros casos (57 empresas espalhadas pelo Brasil) em Francisco Beltrão, Planalto, Palotina, Cêu Azul e outros municípios.

A CPT do Paraná mandou um documento contando em detalhes esta situação, pedindo uma providência às autoridades competentes.

PARANÁ II :

CONFLITOS NAS TERRAS DOS ÍNDIOS DO RIO DAS COBRAS

As terras dos índios guaranis e Kaingang estavam até fevereiro deste ano quase todas (94,33%) invadidas e ocupadas por estranhos. E se havia centenas de famílias pobres de posseiros nas terras indígenas, havia também grileiros e grandes fazendeiros.

Basta dizer que 54 famílias ocupavam extensões de terra que variavam entre 100 e 830 hectares. E se utilizavam quase sempre dos pobres e pequenos sem terra como instrumentos destas invasões.

Em fevereiro os índios reunidos se revoltaram contra esta situação e após muitos sofrimentos ganharam a questão que se tornou conhecida da opinião pública nacional.

A FUNAI foi obrigada a intervir e, com auxílio da Polícia Militar e usando aparatos de guerra, expulsou os invasores da reserva, principalmente os pequenos posseiros que não souberam, como os grandes, ajeitar a situação, evitando serem prejudicados.

A CPT Nacional solidariza-se com a nota do CIMI-SUL sobre esta questão e se alegra com os índios guaraní e kaingang que souberam reconquistar suas terras pela força de sua união e sua coragem.

Desejamos que a força usada pelo General da FUNAI contra os posseiros pobres do Rio das Cobras seja também exercida quando se tratam de grileiros, grandes fazendeiros e vários ex-funcionários da FUNAI que invadem e se apropriam das terras indígenas em tantos lugares do Brasil.

SÃO PAULO :

LAVRADORES LUTAM POR SEUS DIREITOS

Como em muitas outras regiões do país, em São Paulo também, o lavrador está brigando pelos seus direitos. Lá tem havido ameaças e expulsão de lavradores de suas terras como em qualquer outro estado do norte, nordeste ou centro-oeste.

E depois dizem os órgãos oficiais que esse problema de posseiro, de invasão de terras por grileiros só acontece onde ainda não existem condições de atendimento nos cartórios, onde os órgãos responsáveis para atender esses casos não chegaram ainda.

Se assim fosse, no Estado de São Paulo, que é o mais avançado do Brasil, estas situações de não cumprimento das leis não deveriam acontecer.

Mas a verdade é que lá também os fazendeiros, as grandes empresas, os grileiros estão tentando tirar os poucos lavradores que ainda trabalham a terra.

Felizmente, esses lavradores estão se unindo e, juntos, estão dispostos a defenderem seus direitos.

Quando o pessoal está junto, bem unido, tem força pra impedir a ganância daqueles que querem a terra pra especular.

Assim dá pra entender que tudo isso que está acontecendo hoje, expulsões, injustiças, abusos de todo tipo, é porque os próprios órgãos oficiais só estão interessados em apoiar as empresas maiores. Aqueles que já tem tudo.

E não se interessam nada pelo pequeno proprietário, pelo posseiro, arrendatário e pelo grande número de trabalhadores assalariados do campo, os chamados "bóias-frias".



Para mostrar isso vamos ver dois casos que estão acontecendo naquele estado. Há outros, como sabemos, mas vamos ficar com esses por esta vez.

CASO DA FAZENDA PRIMAVERA

Nesta área, umas 350 famílias, há muitos anos, vem trabalhando a terra. Um grande número dessas famílias está lá há mais de 20 anos e algumas delas moram naquele lugar faz mais de 40 anos.

Essas famílias sempre pagaram a renda, em espécie, ao que se dizia dono.

Nos últimos tempos descobriram que, na verdade, aquele que se dizia "proprietário", nem sequer títulos tinha daquelas terras. Ele usou da boa fé dos lavradores para tomar deles uma parte da produção, enriquecendo com o suor dos outros.

Hoje muitos já não pagam mais a renda, porque ^{viram} que estavam sendo roubados. E mesmo porque os verdadeiros donos das terras são aqueles que nela trabalham, e não os especuladores que compram ou falsificam títulos para apanhar a terra dos pequenos.

Em 1963 tiveram uma ação judicial de despejo, e para forçar a saída, o fazendeiro soltou o gado nas roças do pessoal. Mas assim mesmo, ninguém saiu de lá.

Os lavradores da Fazenda PRIMAVERA, em Andradina, estão mostrando que são unidos e que só assim é que se consegue alguma coisa. E que quanto mais unidos, mais fortes serão.

OS MINÉRIOS E OS LAVRADORES

Outro fato em São Paulo é o que está acontecendo com os lavradores em algumas regiões ricas em minerais.

Esses trabalhadores da terra, de repente, se vêem cercados de tratores, os quais vão entrando e abrindo valas, amassando e estragando toda plantação.

Vêm-se ameaçados, eles que sempre foram e são os legítimos e legais donos da terra.

Mas como nos últimos anos, as leis no Brasil são feitas para auxiliar os grandes proprietários e empresas, em 1967 a lei que regula a exploração do sub-solo foi modificada.

E agora, aquele que conseguir primeiro o alvará no Ministério das Minas e Energia é que vai ter o direito de explorar.

Antes, a preferência para explorar o sub-solo era do proprietário.

Com essa mudança, chegaram as empresas ou os mais ricos e estão entrando nas terras dos lavradores, ameaçando e cometendo as maiores injustiças.

Os abusos cometidos são de conhecimento de toda a população dos locais atingidos e tem sido divulgados pelos jornais.

Alguns lavradores como não tinham como se defender, ao serem pressionados, venderam a terra a preço de banana. E, hoje, alguns dos compradores já formaram sua grande fazenda, conseguindo essa terra fértil na base de ameaças.

Mas, felizmente, os lavradores viram que isto não estava certo. E começaram a se juntar para se defenderem, para lutarem por seus direitos.

E já estão conseguindo ficar na terra, porque resolveram defendê-la a todo custo. É um direito deles e assim devem fazer.

É desta maneira que os sitiantes das regiões de Piracicaba, São João da Boa Vista, Leme, Araraquara e outros lugares resolveram por fim às injustiças contra eles cometidas.

Mais uma vez nota-se que a união de todos é importante e necessária para se poder exigir os próprios direitos.

PERNAMBUCO :

POSSEIROS DA FAZENDA ENGENHO NOVO

A Pontifícia Comissão de Justiça e Paz - Secção de Pernambuco, divulgou documento sobre o que vem sofrendo os posseiros da Fazenda Engenho Novo no Município de Igarassu -Pe.

Muitos estão naquela terra há mais de 50 anos e agora sofrem pressões de todos os tipos para abandoná-las.

Os proprietários, usando até o nome de autoridades e órgãos federais, invadem, destroem plantações, dão tiros nas árvores, estragam o que podem.

Os posseiros tentaram prestar queixas na Delegacia de Polícia e nenhum inquérito foi feito.

O próprio Delegado Regional do Trabalho encaminhou ao INCRA uma sugestão de "como solução justa e definitiva do caso, fazer se a desapropriação do Engenho Novo, no todo ou em parte, por ato do Exmo.Sr.Presidente da República, cabendo ao INCRA elaborar o projeto de redistribuição e assentamento das famílias prejudicadas".

A FETAG, que já antes denunciara as injustiças sofridas pelos posseiros, chegou à mesma conclusão do Delegado do Trabalho.

A Comissão de Justiça e Paz endossa esta sugestão e reclama a urgência desta solução.

EM ÚLTIMA HORA!

SOLIDARIEDADE A DOM ADRIANO

A COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ DE NOVA IGUAÇU DIVULGOU UM DOCUMENTO TORNANDO PÚBLICAS NOVAS AMEAÇAS QUE VEM SOFRENDO O BISPO D. ADRIANO HIPÓLITO, POR PARTE DOS MESMOS BANDIDOS QUE O ATACARAM HÁ QUASE DOIS ANOS E QUE JUSTIFICAM NOVO ATAQUE "PORQUE O BISPO NÃO APRENDEU A LIÇÃO".

O SECRETARIADO NACIONAL DA CPT MANDOU UMA CARTA A D. ADRIANO E AOS IRMÃOS DA SUA DIOCESE SE SOLIDARIZANDO COM O SOFRIMENTO E A LUTA DELES E EXPRESSANDO A LIGAÇÃO ENTRE OS PROBLEMAS DA POPULAÇÃO DE NOVA IGUAÇU E OS QUE SOFRE, EM TODO O NOSSO PAÍS, O HOMEM DO CAMPO,

